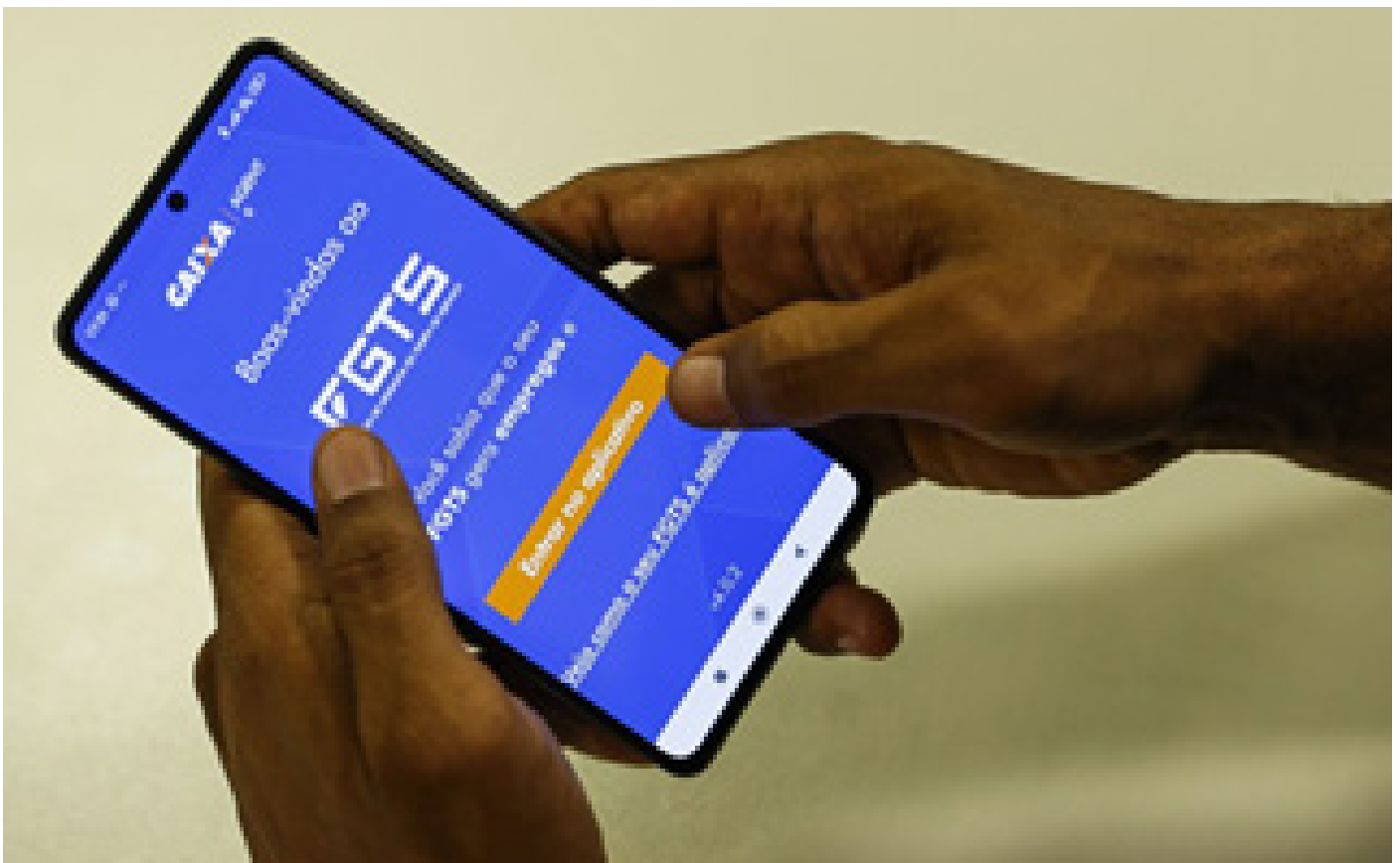




FGTS é isento de impostos e não há desconto sobre poupanças

Lei que dispõe sobre fundo isenta operações de tributos federais; Constituição veda detenção de economias dos cidadãos



A imagem mostra a tela do aplicativo do FGTS, um dos canais oficiais para informações sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Foto: Joédson Alves/Agência Brasil)

Peças de desinformação estão repercutindo um falso desconto sobre o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Os conteúdos maliciosos alegam que o Governo

Federal teria editado um decreto fictício que tributaria os saques feitos do fundo quando da demissão de trabalhadores. As mesmas postagens também abordam um desconto

sobre a poupança popular que não procede.

A lei 8036/1990, que dispõe sobre o FGTS, determina no seu artigo 28: "São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta lei, quando praticados pela Caixa Econômica Federal, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos estabelecimentos bancários". De acordo com o parágrafo único do dispositivo, essa isenção se aplica aos valores devidos tanto aos trabalhadores titulares das contas de FGTS quanto aos seus sucessores.

Em 2023, o FGTS teve o maior lucro da história e está distribuindo 15,2 bi (65%) para quem tinha saldo em 31 de dezembro de 2023. O restante do valor, R\$ 8,2 bi, será uma espécie de reserva técnica para os anos em que a correção anual não alcançar o IPCA.

A distribuição alcançará todos os 130,8 milhões de trabalhadores das 218,6 milhões de contas ativas (que recebem depósitos pelo emprego atual) ou inativas (relacionadas a empregos anteriores) em 31 de dezembro de 2023, que somam 564,2 bilhões de saldo. O valor será depositado até 31 de agosto de 2024 pela Caixa Econômica Federal. Para o trabalhador saber quanto ganhará de lucro, é preciso pegar o saldo em 31 de dezembro e multiplicar pelo índice distribuído 0,02693258. Um exemplo, quem tem um saldo de R\$ 5 mil, ganhará R\$ 134,66.

Para acessar seu FGTS, basta fazê-lo por meio do app FGTS ou pelos sistemas digitais de atendimento (internet banking e aplicativo) da Caixa Econômica Federal, que é o agente

operador do fundo. Em caso de mais dúvidas, as agências da Caixa e o site do FGTS também podem ajudar com informações úteis.

Quanto ao desconto na poupança, esta é uma desinformação recorrente e que apela à memória do Confisco de 1990, quando a gestão à época editou uma série de medidas provisórias e portarias e, sob pretexto de combater a inflação, confiscou o dinheiro das poupanças nos bancos por 18 meses. Cada conta ficou com um montante limitado ao valor de 50 mil cruzeiros (corrigidos pelo IPCA, o equivalente a cerca de R\$ 13.323,18). Os valores excedentes a este limite foram depositados no Banco Central sob a titularidade dos detentores das poupanças na forma de cruzados-novos e seriam restituídos em 12 parcelas.

Diante do impacto causado pelo confisco ao país, o Congresso Nacional debateu um novo regimento para as medidas provisórias. Em 2001, foi instituída a Emenda Constitucional 32, que limitou o conteúdo a ser abordado pelo Executivo por meio desses dispositivos.

A partir de então, o artigo 62 da Constituição Brasileira passou a ter um parágrafo dedicado aos assuntos que não podem ser versados por medidas provisórias. Dentre esses, a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro, afastando, dessa forma, o perigo real de um confisco como o ocorrido em 1990.

Fonte: MTE

Desafio da CUT 4.1 é defender 100% da classe trabalhadora, diz Sérgio Nobre

Nesse 41º aniversário, minha homenagem a homens e mulheres, militantes e dirigentes, às bases, que dedicaram suas vidas a escrever e construir a história vitoriosa da nossa Central, destaca presidente da CUT

ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)



A Companheiras e companheiras, a CUT completa neste 28 de agosto, 41 anos de fundação sob as marcas da luta, resistência e solidariedade. Nessa trajetória, a nossa Central foi decisiva para a organização e defesa da classe trabalhadora e da democracia em nosso país. A CUT lutou e luta em todas as frentes e esferas, da comunidade ao Congresso Nacional, por mais conquistas para a classe trabalhadora, por isso, tornou-se protagonista nos fóruns de decisão sobre os rumos do Brasil e referência para o sindicalismo mundial. Porque a história da nossa Central Única dos Trabalhadores e das

Trabalhadoras se funde à história do Brasil.

Hoje, é um dia muito especial, dia de rememorar lutas e conquistas do passado, e as recentes também, mas os desafios do futuro ainda são gigantescos e aumentaram na esteira do pós-golpe de 2016 e da pós-pandemia. Conseguimos a mais importante vitória em 2022, quando derrotamos o fascismo, mas estamos diante de um mundo do trabalho em permanente transformação, que exige mudanças no nosso modelo sindical. Hoje, metade da classe trabalhadora brasileira não tem direitos sociais, muito menos direitos trabalhistas.

O nosso grande desvio é mudar isso; é adequar o nosso modelo sindical a essa nova realidade, ampliar e construir caminhos para organizar e defender os interesses de toda a classe trabalhadora, não só a formalizada, mas também a que está à margem da legislação, sem carteira assinada, em empregos precários, explorada por plataformas de aplicativos, sem direito à representação e à negociação coletiva.

É um grande desafio, mas somos uma grande Central, que tem esse tamanho por causa da sua base, da sua militância, por isso, quero homenagear todos os homens e mulheres, militantes e dirigentes, que dedicaram suas vidas a escrever e a construir a história vitoriosa da CUT.

São essa militância e lideranças que, nesse mundo cada vez mais individualista, fazem a ação coletiva e solidária que norteia a CUT, desde a sua fundação, ação que atravessou o tempo e está traduzida por gente com braços levantados para votar, unidos em manifestações, cruzados contra a opressão e colados na luta por liberdades, justiça social, direitos, trabalho decente, oportunidades iguais e desenvolvimento sustentável, num país democrático e soberano.

Cada protesto, greve, eleição, mobilização, ação solidária; cada bandeira empunhada nas ruas, no local de trabalho, nas redes sociais; cada reunião para organizar a luta, seja olho no olho ou, por videoconferência como foi na pandemia, conta um pouco da nossa grande história de luta e também da história do Brasil.

Mostram como a CUT tornou-se fundamental para o país, desde o momento da sua fundação, até hoje.

Nossa militância e todos nossos dirigentes e entes de base foram e são atores protagonistas de momentos decisivos da classe trabalhadora e do Brasil.

Não foi por acaso, mas pela nossa luta, que um ex-operário saiu do chão de fábrica para um sindicato e desse sindicato para a Presidência da República, por três vezes, para se tornar um estadista reconhecido mundialmente e o melhor presidente da história do Brasil. O que faz da nossa luta imediata, nas eleições deste ano, crucial para que Lula suba a rampa do Planalto pela quarta vez, em 2026.

As vitórias são incontáveis e nos abastecem; se apropriem e se orgulhem delas, porque elas nos fortalecem para vencer os próximos desafios.

Viva a CUT

Viva a Classe Trabalhadora

Viva toda a militância, a base, as lideranças que fizeram da CUT a maior Central Sindical da América Latina e uma das cinco maiores do mundo.

Fonte: CUT - Sergio Nobre



Eleições municipais contam com 83 deputados candidatos, incluindo 22 mulheres

Aumenta o número em relação à campanha de 2020, quando apenas 66 participaram da disputa

Fernando Frazão/Agência Brasil



As eleições municipais contam com 457.162 candidatos, conforme o TSE

As eleições municipais, que tiveram início na sexta-feira (16), contarão com 83 deputados candidatos, incluindo 22 mulheres. São 74 concorrendo a vagas de prefeito, 2 de vice-prefeito e sete de vereador. O número de deputados candidatos é superior às eleições de 2020, quando 59 disputaram vagas de prefeito e 7 de vice-prefeito - 66 no total.

Com isso, a corrida municipal deste ano volta ao patamar de eleições anteriores, como a de 2016, quando 82 deputados foram candidatos. A relação, divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, está dividida entre 61 deputados titulares e 22 suplentes.

No momento, as eleições municipais contam com 457.162 candidatos, sendo 15.439 para prefeito, de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral. Os números ainda podem mudar até 16 de setembro, data limite para julgamento dos pedidos de registro de

candidatura ou pedido de substituição de candidatos. Foram registradas 2.316 candidatas a prefeita (15% do total). Dos candidatos a prefeito, 5.063 se declararam pardos (33%) e 677 pretos (4%).

Partidos

No total, 16 partidos lançaram deputados como candidatos. As legendas com o maior número de deputados candidatos são o PT (18) e o PL (15). Em seguida vêm União (7 candidatos), PP, PSD e Republicanos (6 candidatos cada) e MDB (5). Cidadania, PDT, Podemos, PSB e PSOL lançaram três deputados candidatos cada. Completando a lista, com um candidato cada, estão Avante, PSDB, PV e Solidariedade.

Capitais

Entre os candidatos a prefeito, 24 disputam vagas em 17 capitais - Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Luís e São Paulo.

No Rio de Janeiro há três deputados disputando a prefeitura. Outras oito cidades apresentam dois deputados concorrendo à mesma vaga de prefeito: Belo Horizonte, Campo Grande, Imperatriz, Manaus, Montes Claros, Natal, Niterói e São Paulo.

Candidatos a prefeito

Abilio Brunini (PL) - Cuiabá/MT

Alberto Mourão (MDB) - Praia Grande/SP

Alencar Santana (PT) - Guarulhos/SP

Alex Manente (Cidadania) - São Bernardo do Campo/SP

Aliel Machado (PV) - Ponta Grossa/PR
 Amom Mandel (Cidadania) - Manaus/AM
 Ana Paula Lima (PT) - Blumenau/SC
 André Fernandes (PL) - Fortaleza/CE
 Antonio Andrade (Republicanos) - Porto Nacional/TO
 Antônio Doido (MDB) - Ananindeua/PA
 Beto Pereira (PSDB) - Campo Grande/MS
 Bruno Ganem (Podemos) - Indaiatuba/SP
 Camila Jara (PT) - Campo Grande/MS
 Capitão Alberto Neto (PL) - Manaus/AM
 Carlos Chiodini (MDB) - Itajaí/SC
 Carlos Jordy (PL) - Niterói/RJ
 Carmen Zanotto (Cidadania) - Lages/SC
 Clarissa Tércio (PP) - Jaboatão dos Guararapes/PE
 Dandara (PT) - Uberlândia/MG
 Delegada Adriana Accorsi (PT) - Goiânia/GO
 Delegada Ione (AVANTE) - Juiz de Fora/MG
 Delegado Éder Mauro (PL) - Belém/PA
 Delegado Ramagem (PL) - Rio de Janeiro/RJ
 Délio Pinheiro (PDT) - Montes Claros/MG
 Denise Pessôa (PT) - Caxias do Sul/RS
 Diego Garcia (Republicanos) - Londrina/PR
 Dimas Gadelha (PT) - São Gonçalo/RJ
 Dr. Benjamim (União) - Açailândia/MA
 Dr. Remy Soares (PP) - Presidente Dutra/MA
 Duarte Gonçalves Jr (Republicanos) - Ouro Preto/MG
 Duarte Jr. (PSB) - São Luís/MA
 Duda Salabert (PDT) - Belo Horizonte/MG
 Fernando Rodolfo (PL) - Caruaru/PE
 Flavinha (Republicanos) - Colíder/MT
 Geraldo Mendes (União) - São José dos Pinhais/PR
 Gerlen Diniz (PP) - Sena Madureira/AC
 Guilherme Boulos (PSOL) - São Paulo/SP
 Hélio Leite (União) - Castanhal/PA
 Henrique Júnior (PL) - Timon/MA
 Josivaldo JP (PSD) - Imperatriz/MA
 Junio Amaral (PL) - Contagem/MG
 Leonardo Monteiro (PT) - Governador Valadares/MG
 Loreny (Solidariedade) - Taubaté/SP
 Luciano Ducci (PSB) - Curitiba/PR
 Marcelo Queiroz (PP) - Rio de Janeiro/RJ
 Márcio Correa (PL) - Anápolis/GO
 Maria do Rosário (PT) - Porto Alegre/RS
 Mariana Carvalho (Republicanos) - Imperatriz/MA
 Max Lemos (PDT) - Queimados/RJ
 Natália Bonavides (PT) - Natal/RN
 Naumi Amorim (PSD) - Caucaia/CE
 Nicoletti (União) - Boa Vista/RR
 Paulinho Freire (União) - Natal/RN
 Paulo Guedes (PT) - Montes Claros/MG
 Paulo Marinho Jr (PL) - Caxias/MA
 Pedro Tourinho (PT) - Campinas/SP
 Pedro Uczai (PT) - Chapecó/SC
 Professor Alcides (PL) - Aparecida de Goiânia/GO
 Rafael Brito (MDB) - Maceió/AL
 Raniery Paulino (Republicanos) - Guarabira/PB
 Ricardo Guidi (PL) - Criciúma/SC
 Ricardo Silva (PSD) - Ribeirão Preto/SP
 Rogério Correia (PT) - Belo Horizonte/MG
 Rosana Valle (PL) - Santos/SP
 Ruy Carneiro (Podemos) - João Pessoa/PB
 Saulo Pedroso (PSD) - Atibaia/SP
 Tabata Amaral (PSB) - São Paulo/SP
 Talíria Petrone (PSOL) - Niterói/RJ
 Tarcísio Motta (PSOL) - Rio de Janeiro/RJ
 Ulisses Guimarães (MDB) - Poços de Caldas/MG
 Waldenor Pereira (PT) - Vitória da Conquista/BA
 Washington Quaquá (PT) - Maricá/RJ
 Yandra Moura (União) - Aracaju/SE
 Zé Neto (PT) - Feira de Santana/BA

Candidatos a vice-prefeito
 Beбето (PL) - São João de Meriti/RJ
 Rosângela Moro (PL) - Curitiba/PR

Candidatos a vereador
 Carla Ayres (PT) - Florianópolis/SC
 Daniel José (Podemos) - São Paulo/SP
 Eliza Virgínia (PP) - João Pessoa/PB
 Jones Moura (PSD) - Rio de Janeiro/RJ
 Luiz Antonio Corrêa (PP) - Valença/RJ
 Nitinho (PSD) - Aracaju/SE
 Priscila Costa (PL) - Fortaleza/CE

Correção: a versão anterior da lista de candidatos omitiu o candidato Saulo Pedroso, de Atibaia (SP)

Da Redação - FB

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Justiça do Trabalho destinará mais de R\$ 164 milhões esquecidos em contas judiciais para ajuda ao RS

Os dados foram apresentados no 1º Fórum Nacional do Projeto Garimpo



O Projeto Garimpo da Justiça do Trabalho identificou, entre junho e agosto de 2024, em uma força-tarefa específica, mais de R\$ 164 milhões em contas judiciais há muito “esquecidas” no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Denominada de “Força-Tarefa Grimpa”, os esforços foram destinados a identificar recursos que pudessem ser revertidos à União para, depois, serem destinados à ajuda ao Rio Grande do Sul, após os desastres causados pelas enchentes de maio.

O Garimpo é um projeto que busca identificar

valores em contas vinculadas a processos que foram arquivados definitivamente e transferi-los aos beneficiários, após sua identificação. Quando os titulares não são identificados, esses valores podem ser revertidos à União.

Compromisso

No 1º Fórum Nacional do Projeto Garimpo, a corregedora-geral da Justiça do Trabalho, ministra do TST Dora Maria da Costa, destacou a importância dada pela Corregedoria-Geral ao saneamento desses valores, para que sejam adequadamente tratados e tenham a

destinação correta. Trata-se, segundo ela, de uma questão de eficiência processual e de credibilidade da Justiça do Trabalho.

O ministro do TST Vieira de Mello Filho, que será o corregedor-geral na próxima gestão, reiterou o compromisso do Projeto Garimpo de trazer segurança na arrecadação dos valores, para que não fiquem abandonados ou perdidos nas Varas do Trabalho e que sejam devolvidos a quem de direito.

Premiação

Também durante o fórum, nove Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) foram homenageados com premiação e certificação pelos esforços destinados no âmbito da “Força-Tarefa Grimpa”, que motivou o engajamento de todos os tribunais do trabalho do país.

Os TRTs foram classificados em três grupos: pequeno, médio e grande porte.

Na categoria Grande Porte, o TRT da 3ª Região (MG) ficou em primeiro lugar, com arrecadação de R\$ 27 milhões. O segundo lugar coube ao TRT da 15ª Região (Campinas/SP), com R\$ 25 milhões, e o TRT da 4ª Região (RS) ficou, em terceiro lugar, com R\$ 20.147.461.

No grupo de Médio Porte, o primeiro lugar ficou com o TRT da 6ª Região (PE), com a arrecadação de R\$ 18.285.384. O TRT da 8ª Região (PA/AP) ficou em segundo lugar, com R\$ 7.597.075, e o TRT da 10ª Região em terceiro, com 5.430.056.

Por fim, entre os tribunais de Pequeno Porte, o TRT da 11ª Região (AM/RR) ocupou o primeiro

lugar, com a arrecadação de R\$ 14.728.043, e o TRT da 13ª Região (PB) em segundo lugar, com R\$ 3.815.853. O terceiro lugar ficou com o TRT da 21ª Região (RN), com R\$ 3.045.991.

O juiz Carlos Abener, coordenador nacional do projeto, destacou o esforço conjunto de todos os tribunais na força-tarefa e o empenho da equipe para que houvesse destinação adequada dos valores certificadamente abandonados. A força-tarefa teve duração de 90 dias. A expectativa é que os valores sejam destinados à União até outubro deste ano.

Projeto Garimpo

A iniciativa é uma parceria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT), com a atuação de todos os 24 TRTs. O objetivo é identificar valores em contas judiciais vinculadas a processos arquivados definitivamente e fazer os pagamentos devidos, após a identificação dos beneficiários.

O projeto analisa somente casos anteriores a 2019, quando o Tribunal reforçou atenção às normas que impedem o arquivamento definitivo de um processo judicial com valores disponíveis em contas vinculadas. Os credores são identificados com o uso de ferramentas de pesquisa patrimonial, informações da Justiça Eleitoral e sistemas de registro civil - além de certidões de óbito, caso haja herdeiros. Ao longo dos cinco anos de projeto, já foram devolvidos cerca de R\$ 5 bilhões.

FONTE: TST (Ana Neves/Nathalia Valente)

Banese registra lucro líquido de R\$ 72,6 milhões no 1º semestre de 2024

Resultado representa um crescimento de 2.588,9%



Senado decide se libera clube de tiro perto de escolas
Fernando Frazão/Agência Brasil

O Banco do Estado de Sergipe (Banese) alcançou um marco significativo no 1º semestre de 2024, com um lucro líquido de R\$ 72,6 milhões. Este resultado representa um crescimento de 2.588,9% em comparação aos R\$ 2,7 milhões obtidos no mesmo período de 2023. O desempenho no 2º trimestre de 2024 (R\$ 55,2 milhões) também foi expressivo, com alta de 217,2% em relação ao trimestre anterior (R\$ 17,4 milhões).

Segundo o relatório divulgado pelo banco, o resultado foi impulsionado pelo crescimento das receitas de operações de crédito, aplicações financeiras, equivalência patrimonial, captações, além de uma melhora nos níveis de risco e controle rigoroso das despesas administrativas. A reversão de provisões fiscais também contribuiu para o resultado positivo.

Os ativos totais do Banese cresceram 17,4% em 12 meses, atingindo R\$ 10,1 bilhões ao final de junho de 2024, com um aumento de 3,9% no trimestre. As captações da instituição também apresentaram um crescimento robusto, subindo 18,2% em relação ao 1º semestre de 2023, alcançando R\$ 9 bilhões. O patrimônio líquido do banco, indicador do capital próprio, registrou uma alta de 19,6% no período, totalizando R\$ 714,7 milhões.

A carteira de crédito do Banese atingiu R\$ 4,4 bilhões, crescimento de 14,1% em 12

meses e 5,9% no trimestre. A carteira comercial voltada ao segmento Pessoa Física destacou-se com R\$ 2,7 bilhões, um aumento de 13,7% em 12 meses, impulsionada principalmente pelas linhas de crédito consignado, que visam segmentos de menor risco. Em contrapartida, a carteira comercial destinada a Pessoas Jurídicas apresentou uma queda de 2,8%, R\$ 342,4 milhões. A carteira de desenvolvimento, que inclui linhas imobiliárias, de financiamento e rural, registrou um crescimento expressivo de 20,5% em 12 meses.

As despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) caíram 17% em 12 meses, R\$ 62,7 milhões, embora tenham apresentado alta de 30,5% no trimestre. Provisões para outros créditos também tiveram uma queda de 16% em um ano, com um aumento de 13,4% no trimestre. A taxa de inadimplência para atrasos superiores a 90 dias foi de 2,32%, uma alta de 1,14 pontos percentuais.

As receitas com prestação de serviços e tarifas bancárias cresceram 12% em 12 meses, somando R\$ 117,8 milhões. Entretanto, as despesas com pessoal e Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aumentaram 17,7% no período, atingindo R\$ 143,1 milhões. Com isso, a cobertura dessas despesas pelas receitas secundárias do banco foi de 82,32% em junho de 2024, uma queda de 2,82 pontos percentuais em 12 meses.

Em termos de força de trabalho, o Banese contava com 963 funcionários ao final de junho de 2024, após a abertura de 43 postos de trabalho nos últimos 12 meses. O número de agências e postos de serviços permaneceu estável, com 63 agências e 9 postos de atendimento, enquanto a base de clientes cresceu em mais de 29,2 mil, totalizando 882.460, sendo 97,3% desse total do segmento Pessoa Física.

FONTE: CONTRAF CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF